

A mulher na sociedade de classes — mito e realidade.

Heleieth I. B. Saffioti, Livraria Quatro Artes Editora, São Paulo, 1969, 404 págs.

Os objetivos deste estudo são explicitados pela própria autora na sua introdução: "... Aprender os mecanismos típicos através dos quais o fator sexo opera na sociedade de classes de modo a alijar da estrutura ocupacional grandes contingentes de elementos do sexo feminino" e "... desvendar as verdadeiras raízes deste alijamento..." (p. 17).

A abordagem adotada é de caráter eminentemente sociológico, sendo que os processos sociais, em geral, e a sociedade capitalista, em particular, são analisados segundo uma perspectiva histórico-estrutural.

Este trabalho é a tese com a qual a autora obteve o título de Livre Docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara na cadeira de Sociologia e Fundamentos Sociológicos da Educação. O fato de ser uma tese define, em parte, o estilo do trabalho — cada afirmação dá margem a incursões teóricas por vezes distantes do tema que está sendo tratado; os conceitos usados remetem a referências acadêmicas, com longas explanações sobre as fontes desses conceitos, as quais são feitas nas numerosas notas de rodapé; cada colocação é minuciosamente explorada, tornando o texto por vezes repetitivo. Tudo isto faz com que o livro seja bastante volumoso, não se prestando a uma leitura descontraída.

O livro está dividido em três partes distintas, as quais, como destaca A. Cândido de Mello e Souza em seu prefácio, poderiam constituir três trabalhos autônomos, pois são bastante independentes entre si.

Na primeira parte, "Mulher e Capitalismo", a autora situa a problemática "mulher" no quadro do sistema capitalista central, partindo do princípio de que "é nas determinações essenciais do sistema que se podem encontrar as raízes do modo pelo qual é sacrificada uma categoria de sexo" (p. 35). Procura demonstrar como o fator sexo se constitui numa barreira à integração da mulher na sociedade capitalista, na medida em que esta dificulta sua inserção no mercado de trabalho, seja mantendo fora dele grandes contingentes de mão-de-obra feminina, seja submetendo essa mão-de-obra a condições de trabalho inferiores.

O trabalho é tomado "como o fio condutor da análise do problema da mulher... nas sociedades competitivas" (p. 35). Por essa razão, a autora inclui, ainda na primeira parte, um pequeno histórico do trabalho feminino desde as sociedades pré-capitalistas. Outro aspecto analisado historicamente é a posição que a Igreja Católica tem adotado frente ao problema da mulher. Quase como um contraponto, a primeira parte é encerrada com uma minuciosa análise dos movimentos feministas que eclodiram na França, Inglaterra, EUA e Alemanha desde os fins do século XVIII.

Na segunda parte, a análise é concentrada na situação da mulher no Brasil, considerado como um país capitalista de economia dependente. Tendo como quadro geral um histórico da formação econômica brasileira, baseado principalmente nos trabalhos de Caio Prado Jr. e Celso Furtado, a autora situa a posição social da mulher, em cada momento da história. É aí incluído, também, um histórico da evolução da instrução feminina no Brasil. Em seguida, é analisada a situação da mulher no Brasil com relação ao trabalho, a qual é novamente vinculada às determinações econômicas do sistema capitalista. Apenas neste momento a autora recorre a dados quantitativos (secundários) para ilustrar suas afirmações relativas ao alijamento da mulher da força de trabalho.

É nesta segunda parte que se encontra a mais significativa contribuição de Heleieth Saffioti em termos de novas informações trazidas ao leitor, quando faz um histórico dos movimentos feministas brasileiros, por ela classificados em "burgueses" e "revolucionários".

Na terceira parte, "A mística feminina na Era da Ciência", a autora argumenta que as ciências humanas têm, sob a capa da racionalidade, fornecido "inestimáveis subsídios aos processos mistificados" (p. 305), os quais teriam sido utilizados para justificar a participação limitada da mulher na sociedade competitiva. Para isto, expõe e critica as colocações sobre a condição feminina apresentadas pela psicanálise e pela antropologia americana através das obras de Freud e Margaret Mead, respectivamente. Na realidade, essa análise funciona como um reforço dos pontos de vista da autora, que são assim mais uma vez reiterados e explicitados.

Assim, a autora tenta demonstrar, através de uma análise predominantemente econômica, porque a condição de livre vendedor da própria força

de trabalho não se efetiva para todos os membros da sociedade capitalista. Isto é, ela procura explicar porque existem, na sociedade de classes, setores da população que são marginalizados do sistema de produção. Seguindo o raciocínio já anteriormente desenvolvido por autores como Stavenhagen ("Estratificação Social e Estrutura de Classes") a autora mostra como os diversos critérios de discriminação social atuam não somente no sentido de manter disponível uma reserva de mão-de-obra, como também no de camuflar a divisão da sociedade em classes antagônicas. A estratificação social, que pode obedecer a critérios os mais diversos, tais como renda, religião, idade, raça, ou sexo, estaria assim sobreposta à verdadeira estrutura de classes, servindo como uma válvula de escape para as tensões acumuladas pelo sistema. A mulher seria alijada do mercado de trabalho da mesma maneira como os negros, os velhos ou os índios. Apenas os motivos invocados seriam diferentes, sendo que, no caso da mulher, a conservação dos padrões tradicionais de organização familiar teriam um papel importante na justificação da posição inferior que ocupa.

No entanto, a própria autora reconhece, em alguns momentos, que esta explicação não esgota as causas da situação inferior que a mulher ocupa na sociedade. Em primeiro lugar, porque nas sociedades em que houve uma mudança radical nas estruturas sociais e econômicas, como por exemplo na União Soviética, essa mudança não bastou, por si só, para garantir uma real igualdade entre os sexos. Em segundo lugar, porque, mesmo nas sociedades pré-capitalistas, a mulher já possuía um papel social diferente do homem, o que muitas vezes se refletia numa situação de inferioridade. Em terceiro lugar, porque existe um elemento que é específico da condição feminina, que é a impossibilidade do desaparecimento gradativo de suas características físicas, tal como ocorre com os traços raciais através da miscigenação.

Tudo isso parece indicar que existem causas do problema que se encontram além de uma explicação puramente econômica. É exatamente neste ponto que podem ser encontradas falhas no esquema de interpretação global da autora, já que esta quase

não se detém na análise dos aspectos culturais da desigualdade entre os sexos. Análise que poderia, talvez, lançar luzes sobre a especificidade da categoria mulher.

Um outro aspecto desta lacuna é o fato de que os tipos de consciência que a mulher tem de sua situação só são examinados indiretamente, através da análise das diferentes ideologias que permeiam os movimentos feministas, das resoluções referentes ao sistema de ensino, das teses da Igreja Católica, da psicanálise e da antropologia americana. A autora não utiliza nenhuma forma mais direta de estudar a visão que as próprias mulheres, objetos da opressão, possam ter de sua situação. Fica em aberto, assim, o problema da determinação das possibilidades que os movimentos feministas teriam de conquistar o apoio de maior quantidade de mulheres do que têm conseguido até agora.

Da mesma forma, não fica claro até que ponto isto seria desejável, isto é, se estes movimentos teriam algum papel a desempenhar na mudança das estruturas econômicas da sociedade, condição que a autora considera como essencial para que seja atingida a igualdade entre os sexos.

Na realidade, ela parece oscilar entre a opinião de que é impraticável um movimento revolucionário por parte de uma categoria que permeia todas as camadas sociais e a opinião de que a destruição da "camuflagem da estrutura de classes, representada, em parte, pela discriminação social da mulher" contribuiria "para o acirramento do conflito entre as classes sociais" e portanto, para a transformação da sociedade capitalista (pp 138/139).

Assim é que a autora nos deixa, ao final da leitura, sem resposta certa para a questão de como encontrar saídas para a solução do problema da mulher. Fica apenas uma certeza: a de que este problema apresenta tantos aspectos diferentes e mesmo contraditórios que nem todo o aparato teórico de uma socióloga competente como Heleith Saffioti é suficiente para esgotá-lo.

Maria M. Malta Campos
Marta Kohl de Oliveira
(Fundação Carlos Chagas)

BLAY, Eva A. 1972. *A Mulher e o Trabalho Qualificado na Indústria Paulista*. Tese apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Este trabalho constitui uma fonte de referência importante para quem esteja interessado em estudar a condição da mulher como trabalhadora. Resultado de pesquisa exaustiva, constitui fonte inestimável de sistematização de dados, alguns de acesso relativamente difícil.

Na primeira parte, a autora analisa dados secundários e fixa a perspectiva teórica que utiliza na interpretação de dados empíricos. A proposição básica da qual parte pode ser resumida no seguinte. A divisão social do trabalho mantém, atualmente, a condição de sexo do indivíduo como critério de